

**JORGE MARTINS RIBEIRO**

**O DIREITO DO HOMEM  
A REJEITAR A PATERNIDADE  
DE FILHO NASCIDO  
CONTRA A SUA VONTADE.  
A IGUALDADE NA DECISÃO  
DE PROCRUAR**



AL VNO AD OMNES

**Coimbra Editora**

*Título*

O DIREITO DO HOMEM A REJEITAR A PATERNIDADE  
DE FILHO NASCIDO CONTRA A SUA VONTADE.  
A IGUALDADE NA DECISÃO DE PROCRUAR

1.ª Edição, Abril 2013 (Texto concluído em Janeiro de 2012)

*Autor*

JORGE MARTINS RIBEIRO

*Editor*



**Coimbra Editora**

Coimbra Editora, S.A.  
Ladeira da Paula, 10  
3040-574 Coimbra  
Telef. (+351) 239 852 650  
Fax (+351) 239 852 651  
www.coimbraeditora.pt  
editorial@coimbraeditora.pt

*Execução gráfica*

Coimbra Editora, S.A.  
Ladeira da Paula, 10  
3040-574 Coimbra

**ISBN 978-972-32-2133-6**

Depósito Legal n.º 358 081/2013

***Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação***

RIBEIRO, Jorge Martins

O direito do homem a rejeitar a paternidade de  
filho nascido contra a sua vontade : a igualdade  
na decisão de procriar  
ISBN 978-972-32-2133-6

CDU 342  
347

## ÍNDICE

	Págs.
AGRADECIMENTOS .....	5
RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	9
ABREVIATURAS .....	11
INTRODUÇÃO .....	13

### I

#### OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE EM GERAL, DA IGUALDADE DE GÉNERO EM PARTICULAR E A PROMOÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA

1. O princípio da igualdade em geral.....	41
2. O princípio da igualdade de género em particular.....	50
3. A promoção da mulher na sociedade portuguesa.....	66

### II

#### A IGUALDADE DE GÉNERO NO SEIO DA FAMÍLIA E NA DECISÃO DE PROCRÍAR

1. O posicionamento perante alguns conceitos .....	89
2. O estabelecimento da filiação e a imposição da paternidade .....	95
3. A tensão entre a paternidade biológica e a paternidade social .....	105
4. Alguns desafios aos conceitos tradicionais de paternidade e de maternidade .....	109
5. Em torno da biparentalidade: a monoparentalidade, a procriação medicamente assistida (P.M.A.) e a multiparentalidade .....	123
6. A autodeterminação parental da mulher.....	150
6.1. A consagração legal da interrupção voluntária da gravidez (I.V.G.) por mera opção .....	154
6.2. Análise de alguns dados relativos à I.V.G. ....	165
6.3. A I.V.G. por mera opção enquanto exercício de um direito subjectivo .....	170

	Págs.
7. O direito de autodeterminação parental enquanto direito de personalidade....	185
8. A (in)consequência da oposição do homem à I.V.G. ....	190
9. A evolução social e legislativa no paradigma da parentalidade e a questão da autodeterminação na paternidade .....	199

### III

#### O DIREITO DO HOMEM À AUTODETERMINAÇÃO PARENTAL

1. A constatada desigualdade na decisão de procriar e a necessidade de mudança.....	211
2. O direito do homem a tratamento igual no que toca à autodeterminação parental .....	215
3. A rejeição da paternidade e a superação do invocável “conflito de interesses” entre o nascituro e o homem .....	224
4. Fundamentação e enquadramento da proposta de solução.....	238
4.1. Efeitos sociais e económicos da paternidade não desejada.....	238
4.2. A alteração da vontade em caso de recurso a técnicas de P.M.A. e algumas referências à jurisprudência internacional sobre o direito a não procriar e sobre o critério intencionalidade .....	244
4.3. Ao nível europeu .....	255
4.4. Ao nível constitucional.....	268
4.5. Dos princípios à realidade: as dificuldades da abordagem jurisprudencial na ausência de um específico regime substantivo .....	292
4.6. O imperativo de tutela.....	302
5. Esboço de um possível regime legal.....	313
5.1. Traços gerais .....	313
A) Destinatários .....	313
B) A comunicação da gravidez.....	314
C) O regime da declaração de rejeição ou tomada de conhecimento da gravidez .....	318
D) A conexão com outros institutos jurídicos.....	320
5.2. Vantagens apontáveis.....	322
5.3. Inconvenientes invocáveis.....	325
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	335
BIBLIOGRAFIA.....	343